

OFÍCIO N.º : 212/2.000.
ASSUNTO : Mensagem a Projeto de Lei
SERVIÇO : Gabinete do Executivo Municipal
DATA : Cabeceira Grande-MG, 14 de dezembro de 2.000

Senhora Presidente,

Com a minha cordial visita, tenho a satisfação de enviar a Vossa Excelência para a superior apreciação dos ilustres Edis, o Projeto de Lei em anexo, que altera dispositivos da Lei Municipal n.º 009/97, de 28 de fevereiro de 1.997, e dá outras providências.

Recebemos em 13 de dezembro de 2.000, a diligência nº 02/2000, em caráter de urgência, solicitando-nos a adequação do artigo 1º da Lei Municipal nº 009/97, cuja redação dos três primeiros incisos tem que ser, obrigatoriamente, a constante na Medida Provisória 1979-19.

Na referida diligência, a Gerência do Programa de Alimentação Escolar do FNDE alerta que a não adequação até o dia 29/12/2000, implicará na suspensão do repasse para o ano de 2.001, motivo pelo qual torna-se imprescindível a compreensão e a aprovação dos ilustres Edis, sobretudo pela importância dos recursos para a manutenção da merenda escolar deste Município.

Solicito de Vossa Excelência, nos termos do artigo 51 da Lei Orgânica do Município a tramitação do Projeto de Lei em tela em regime de urgência, caracterizada na diligência nº 02/2000, cuja cópia segue anexa.

Sempre ao inteiro dispor de Vossa Excelência e aos demais nobres Vereadores, reitero-lhes os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Antonio Nazaré Santana Melo
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora
Vereadora MARIA ALICE COIMBRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
CABECEIRA GRANDE-MG.

PROJETO DE LEI Nº 62/2.000.

**ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL 009, DE
28 DE FEVEREIRO DE 1997**

O Prefeito Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 76, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal 009, de 28 de fevereiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - É criado o CAE – Conselho de Alimentação Escolar, com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe:

I – Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;

II – zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III - receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelo Município, na forma da supramencionada Medida Provisória nº 1.979-21.

IV - promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos *in natura*;

V - sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivos e Legislativo do Município, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento municipal, visando:

- a) as metas a serem alcançadas;
- b) a aplicação dos recursos previstos na legislação nacional;
- c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para alimentação escolar;

VI - fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

VII - articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do Município, motivando-as na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VIII - realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

IX - exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

X - realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que respeita aos seus efeitos sobre a alimentação;

XI - promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais;

XII - levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçar e avaliar o programa no Município;

Parágrafo único - A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro de 2.000.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cabeceira Grande-MG, 31 de julho de 2.000.

Antônio Nazaré Santana Melo
Prefeito Municipal